

## Educadores(as) aposentados(as) cobram compromisso dos(as) deputados estaduais com a educação

*Coletivo da APP-Sindicato se reuniu, na manhã desta terça-feira (10), na Alep, para reivindicar direitos que foram retirados da categoria*

Sob o céu nublado e temperaturas perto da casa dos 10°C, um grupo de mais de 100 professores(as) e funcionários(as) de escola aposentados reuniu-se na frente da Assembleia Legislativa para um ato de resistência e enfrentamento ao governo do Estado do Paraná. Organizados pela secretaria de Aposentados(as) da APP, os(as) educadores(as) começaram a fria manhã de terça-feira (9) com uma conversa com o deputado estadual Professor Lemos, que comentou brevemente sobre a discrepância que há entre os valores arrecadados pelo governo

e o investimento (e dívidas) com a educação. O deputado encorajou o ato dos(as) aposentados(as). “A APP-Sindicato tem o maior coletivo de aposentados de todo o país. São vocês que lideraram conquistas como o Estatuto do Servidor e do Magistério e ajudaram a construir uma Confederação de educadores [CNTE]. Um trabalho de educação e mobilização visto e reconhecido em todo país”, reforça o deputado.

A secretária de aposentados da APP, professora Valci Mattos, explica que a intenção do Sindicato é mobilizar o maior número de servidores(as) para pedir apoio dos(as) deputados(as) para questões esquecidas pelo governo, mas não pela categoria. “Viemos cobrar o atendimento à saúde, que engloba o SAS, a aplicação do piso e da data-base para toda categoria, a isenção da contribuição previdenciária para os aposentados, o enquadramento ao

nível 2 e 3 da carreira – que é uma pauta histórica. E também o nosso direito à livre organização sindical”, explica a professora. “Vamos entregar aos deputados e também protocolar um ofício para o governador, explicando e reivindicando cada um destes itens”.

Apesar de muito terem contribuído com a categoria e com a educação, os(as) aposentados(as) tiveram dificuldade para entrar na Assembleia e conversar com os deputados, pois foram inicialmente barrados na portaria quando tentaram entrar para entregar os ofícios nos gabinetes. O deputado estadual Professor Lemos teve que intervir para garantir o acesso à casa.

“Vocês devem lutar sim! Porque o governo espalha em suas propagandas que somos o quarto maior PIB do país. Só neste primeiro semestre, arrecadamos 10,5% a mais que no mesmo período do ano passado. Todo mês ele retira R\$ 143



milhões do fundo de previdência do servidores, dinheiro de vocês usado para aumentar esse superávit. Mas, ao mesmo tempo, alega que falta dinheiro para pagar dívidas com

salários, com saúde e com propostas de melhoria na educação”, denuncia o deputado.

Na semana que vem, um novo grupo de aposentados(as) se reunirá

para uma nova rodada de visitas aos gabinetes. A APP segue firme na cobrança dos direitos do conjunto de educadores(as) e na melhoria da educação pública do nosso Estado.

## APP debate com a Seed pauta dos(as) funcionários(as) da educação

Na manhã de segunda-feira (08), durante a manifestação dos(as) funcionários(as) de escola em frente a Secretaria de Estado da Educação (Seed), uma comissão de negociação composta pela direção estadual da APP-Sindicato e representantes dos Núcleos Sindicais se reuniram com a Secretária de Educação e sua equipe para apresentar a pauta emergente do seguimento. Confirma ponto-a-ponto da pauta debatida na reunião:

**Concurso Público** – A Seed confirmou que o edital está sendo organizado e encontra-se em análise na Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) para ajustes finais. A APP reafirmou a impor-

tância do concurso sair ainda este ano.

**Porte de escola** – Foi realizado um debate intenso com a Seed por conta do número de funcionários(as) que cada vez mais vem sendo reduzido nas escolas, foi reafirmado também a falta de substituição dos(as) funcionários(as) que estão em licença. Ficou negociado de que a partir da próxima semana o debate da Comissão do Porte de Escola será retomado entre Seed e APP, para que de fato o número de funcionários(as) atenda a realidade das escolas.

**Funcionários(as) PSS** – A APP cobrou mais uma vez a publicação do decreto que aumenta o salário dos(as) funcionários(as) PSS de acordo com o Piso Mínimo Regional, compromisso assumido pelo governo do Estado desde a greve de 2014. Os(as) funcioná-

rios(as) deveriam receber 1.148 reais porém, seu salário ainda é de 1.031 reais. A APP também relembrou o fato de que os(as) funcionários(as) PSS recebem 131 reais de auxílio transporte. Esse valor precisa ser reajustado conforme a data-base de outubro de 2015 (3,45%) e de janeiro de 2016 (10,67%) através de decreto governamental. Segundo a Seed, esses dois decretos estão protocolados na Secretaria de Estado de Administração e Previdência (Seap). A direção da APP reafirmou a importância da equiparação do auxílio transporte entre professores(as) e funcionários(as).

**Jornada de trabalho** – A Seed assumiu o compromisso de encaminhar uma orientação às escolas e Núcleos Regionais de Educação (NREs) para

que, quando os(as) funcionários(as) são convocados(as) para trabalhar nas escolas aos sábados é necessário que eles(as) negociem com a direção da escola um momento para compensar este horário visto que, as atividades pedagógicas realizadas aos sábados se referem ao cumprimento do calendário escolar. Professores(as) cumprem sua jornada de trabalho através do calendário escolar. Já a jornada dos(as) funcionários(as) é baseada no Estatuto do Servidor Público, ou seja, 40 horas semanais.

**Jornada de 30 horas** – A campanha da redução da jornada dos funcionários e funcionárias de escola para 30 horas semanais, sem redução dos salários, foi aprovada na última Assembleia Estadual da categoria e apresentada,

durante a reunião, à Seed. A redução da jornada de trabalho significa melhores condições de trabalho, aumento na qualidade de vida e mais saúde aos(as) funcionários(as) que tanto se empenham no trabalho educativo em todos os espaços escolares.

**Pagamento das Promoções e Progressões** – A secretária de educação, Ana Seres reafirmou que após conversa com a Comissão de Política Salarial, o pagamento está agendado para janeiro de 2017. A direção da APP apresentou mais uma vez os estudos financeiros atualizados que comprovam condição de pagamento ainda este ano.

**Falta do dia 29 de Abril** – A Seed afirmou que a posição da Casa Civil continua pela manutenção da falta.

O deputado estadual Professor Lemos informou à Seed que protocolou um projeto de lei que requer o direito à reposição da falta por compreender o direito dos(as) servidores(as) à greve. O presidente da APP, professor Hermes Leão insistiu no direito dos(as) estudantes aos 200 dias letivos e às 800 horas aula e que o governo está infringindo a legislação e agindo de forma punitiva sobre os(as) trabalhadores(as) da educação básica.

Ficou agendada para hoje (10), uma reunião de negociação com o Secretário-chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni e equipe da Seed para aprofundar ainda mais os itens acima citados.